



## COMUNICADO DE IMPRENSA

Protocolo de cooperação foi assinado hoje

### **MAI e ANF reforçam combate ao crime nas farmácias**

O Ministério da Administração Interna (MAI) e a Associação Nacional das Farmácias (ANF) assinaram ontem um protocolo com vista a reforçar os mecanismos de prevenção e combate ao crime praticado em farmácias, através de uma eficaz articulação e proximidade com as forças de segurança. O acordo define as formas de colaboração entre o MAI e a ANF tendo em vista o alargamento, a nível nacional, do programa “Farmácia Segura” e o desenvolvimento das medidas de segurança no universo das farmácias filiadas na ANF.

Esta parceria prevê a disponibilização, a nível nacional, aos filiados da ANF, da solução tecnológica de alarmística já implementada nos distritos de Lisboa, Porto e Setúbal, a realização de novas acções de formação sobre “Boas Práticas de Segurança”, ministradas por formadores da GNR e da PSP e dirigidas aos responsáveis pelas farmácias e o aperfeiçoamento da interoperabilidade e reforço dos sistemas e equipamentos das forças de segurança relacionados com a sustentabilidade do projecto, de forma a reforçar os mecanismos de permuta de informação, particularmente em caso de ocorrência de algum crime.

Do ponto de vista do MAI, é fundamental o empenhamento e colaboração dos agentes económicos na elaboração e promoção de medidas que visem reduzir as suas vulnerabilidades e, por conseguinte, o risco associado à respectiva actividade. É eixo estratégico do plano tecnológico do MAI vencer o atraso existente nesse domínio, dando continuidade ao processo de modernização administrativa e tecnológica da Guarda Nacional Republicana (GNR) e da Polícia de Segurança Pública (PSP), consolidando e aprofundando os projectos já iniciados e criando novos, estimulando a transversalidade, a interoperabilidade e a proximidade ao cidadão, através do desenvolvimento de sistemas de informação de resposta às novas exigências da segurança interna.



Para a Direcção da ANF, sendo a segurança um direito fundamental dos cidadãos, constituindo uma tarefa essencial do Estado, a segurança das farmácias - local onde se presta um serviço de interesse público - constitui uma vertente relevante no contexto da segurança interna. É do interesse do Estado encontrar as melhores soluções que se colocam nos diferentes sectores de actividade empresarial, numa base de cidadania informada e participada.

O protocolo entra em vigor já a partir de ontem e vigora pelo período inicial de três anos, renovando-se anualmente.

Informações adicionais: **Ana Fonseca**

**LPM Comunicação**

Tel. 218 508 110 / 961 775 791:: [anafonseca@lpmcom.pt](mailto:anafonseca@lpmcom.pt)

Ed. Lisboa Oriente, Av. Infante D. Henrique, 333 H - Escritório 49, 1800-282 Lisboa

[www.lpmcom.pt](http://www.lpmcom.pt)